

Nova negociação

A reunião entre os ministros Delfim Netto e Ernane Galvães, com o chanceler Saraiva Guerreiro, ontem à tarde no Palácio do Planalto, serviu de motivo para aumentar as especulações sobre iminentes reviravoltas no encaminhamento das negociações com os credores estrangeiros. As versões mais espetaculares dão conta de que o Itamarati assumiria a liderança da negociação, com uma "posição dura" frente os credores, e depois o Presidente da República promoveria alguma troca de ministros — leia-se Delfim Netto — para recuperar credibilidade e mudar o rumo da sucessão, talvez com a prorrogação de seu mandato por dois anos.

Para assessores do Ministério da Fazenda e do Banco Central, não existe a menor possibilidade desse tipo de especulação vir a se tornar realidade. Ao contrário, acredita-se que a ameaça de formação do **cartel de devedores** — condenado pelo governo americano, pelo Fundo Monetário Internacional e pelos banqueiros — ao invés de ajudar a obter condições mais suaves de pagamento da dívida poderia, isto sim, resultar em maiores dificuldades para a rolagem do débito de 1985. Sabe-se que esta é também a posição dos ministros Galvães e Delfim Netto, que sempre defenderam a renegociação técnica da dívida, entre credor e devedor, sem nada de bloco de países ou conversas de governo a governo.

A área econômica acredita que realmente falta tempo hábil para se completar o "programa de ajustamento econômico", mantidas as atuais regras da sucessão presidencial. Mas os resultados obtidos até agora ao nível externo — grandes superávits na balança comercial, ganhos de reservas no primeiro trimestre e pagamento de todos os atrasados — seriam a melhor garantia de que o País está montando a base para voltar à mesa de negociações com os banqueiros em melhores condições. Isto poderia resultar, aproveitando o alarme dos bancos, em algum arranjo internacional para reduzir as taxas de risco (**spreads**) cobradas do Brasil e de outros devedores, ou até mesmo alguma fórmula de capitalização dos juros da dívida externa, mas o problema principal — que é o nível das taxas internacionais de juros — só poderá ser equacionado a partir da boa-vontade da Administração Reagan para reduzir seu déficit fiscal, através do aumento de impostos ou diminuição dos gastos com defesa.

Quanto à hipótese da moratória, levantada novamente no rastro do exemplo boliviano, não existe nenhuma condição para que isso possa ser feito hoje de maneira diferente do que seria no ano passado — na opinião de assessores do ministro da Fazenda e do presidente do Banco Central. O argumento de que a dependência do Brasil em relação ao exterior é menor atualmente, por causa da redução dos gastos com petróleo e insumos básicos, não resistiria a uma análise mais fria: supondo que seja declarada a moratória, com suspensão dos pagamentos externos, como ficariam as exportações brasileiras se os banqueiros não garantem mais o financiamento comercial, da ordem de US\$ 10 bilhões só em 1984? E sem exportações não haveria superávit comercial para viabilizar no futuro o pagamento dos juros da dívida, após o suposto prazo de carência. E as importações de petróleo e produtos básicos essenciais, como ficariam sem o crédito comercial de curto prazo?

Enfim, sob a ótica da área econômica não existe nenhuma condição de moratória atualmente que seja diferente do passado, pois internamente o País enfrentaria uma violenta fase de "economia de guerra" que, para ser suportada sem a desestabilização política total, teria que contar com amplo e irrestrito apoio da opinião pública ao governo. E este tipo de reviravolta é praticamente impossível só com a troca de dois ou três nomes de pessoas — que seriam meras "carimbadoras" das decisões de política econômica —, sem uma mudança mais ampla que só viria com eleições diretas. E o Palácio do Planalto sabe muito bem disso, tem consciência da taxa de descrédito influenciando a inflação etc, e não iria apenas brincar de passar medo nos banqueiros com a ameaça de formação do "cartel de devedores". Claro que há saídas, mas nenhuma que passe necessariamente pela prorrogação de mandato.

ARNOLFO CARVALHO